

Consulta pública aborda modelo de requisitos para gestão documental

A atualização do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Documentos e Processos do Poder Judiciário (MoReq-Jus) está disponível para consulta pública no portal do Conselho Nacional de Justiça. Até o dia 10 de março, é possível enviar sugestões à minuta da nova versão do MoReq-Jus, via formulário eletrônico.

123RF



123RF Consulta pública aborda novo modelo de requisitos para gestão documental na Justiça

O novo normativo vai modificar a Resolução 91/2009, que instituiu o Moreq-Jus e disciplina a obrigatoriedade da sua utilização no desenvolvimento e manutenção de sistemas informatizados para as atividades judiciárias e administrativas no âmbito do Poder Judiciário.

O modelo de requisitos estabelece critérios a serem cumpridos na captura, produção, classificação, tramitação, guarda, avaliação, seleção, armazenamento, indexação, preservação, arquivamento e recebimento, pelos sistemas de gestão de processos e documentos digitais, não digitais ou híbridos do Poder Judiciário, a fim de garantir a sua confiabilidade, autenticidade e acesso.

A revisão do modelo de requisitos para os sistemas informatizados da Justiça é necessária devido ao aprimoramento das políticas e dos programas de gestão documental da Justiça brasileira, ao aumento da utilização dos sistemas informatizados de processos judiciais e administrativos, ao surgimento de novas tecnologias e à evolução das leis e dos normativos relacionados ao tema.

O anexo da resolução será totalmente atualizado, incluindo a forma de organização do modelo. Com a consulta pública, o texto é aberto a comentários e sugestões de aprimoramento, aos órgãos do Poder Judiciário, aos usuários de seus serviços e à comunidade em geral.

O grupo de trabalho instituído pela Portaria CNJ 252/2021 definiu ainda que as atualizações devem atender às diretrizes e normas de gestão documental e de memória, dadas pela Resolução CNJ 324/2020, e aos requisitos criados pelo Programa Justiça 4.0, desenvolvido pelo CNJ.

O MoReq-Jus deve ser observado por todos os sistemas informatizados de gestão de documentos e processos administrativos e judiciais, que são instrumentos do Programa Nacional de Gestão

Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname).

Dúvidas e esclarecimentos sobre a minuta devem ser direcionados ao Comitê Gestor do Proname, pelo e-mail praname@cnj.jus.br. *Com informações da assessoria do CNJ.*

Date Created

29/01/2023